

SOLIDARIEDADE E EQUIDADE: AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO *DESPERTA LITORAL* NA COSTA DOS COQUEIROS, LITORAL NORTE DA BAHIA, NO PERÍODO DE 2011 A 2013

SANTOS, Juçara Freire

Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia, Pesquisadora da Linha de Pesquisa em Política e Gestão da Educação da UFBA e do Grupo de Pesquisa em Avaliação (GA) da Faced/UFBA. Professora da União Metropolitana de Educação e Cultura - UNIME jucarafsantos@yahoo.com.br

TENÓRIO, Robinson Moreira.

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFBA. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Avaliação (GA) da Faced/UFBA. Coordenador do Projeto “Determinantes da equidade no ensino superior” UFBA/CAPES/OBEDUC. robinson.tenorio@uol.com.br

RESUMO

O Projeto *Desperta Litoral*, tem como objetivo contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho na Costa dos Coqueiros, por meio do fortalecimento da organização produtiva de 13 grupos solidários, participantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros. Fundamenta-se, assim nos princípios de solidariedade e equidade, em busca de justiça social. O projeto propõe investir recursos na reorganização produtiva dos grupos, oferecer capacitação em temáticas demandadas por estes e implantar o Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. Na avaliação de resultados realizada nesta pesquisa, tendo como base os objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral*, verificou-se o aumento da produção dos grupos, a diversificação da produção, o aumento da arrecadação, a melhoria da organização dos grupos, o aumento da participação, a elevação da motivação, a articulação com a sociedade civil e com as três esferas do governo.

Palavras-chave: Solidariedade. Equidade. Justiça social. Avaliação de resultados. Fundo Rotativo Solidário.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o propósito de avaliar os resultados do projeto *Desperta Litoral*, cujo objetivo geral é contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho, por meio do fortalecimento da organização produtiva, de 13 grupos solidários participantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros. O projeto tem como objetivos específicos: 1) melhorar a capacidade produtiva de 13 grupos solidários, com a aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua organização; 2) oferecer capacitação para a gestão do fórum e em temáticas específicas para as cadeias produtivas (agroecologia, pesca, artesanato e serviço de alimentação); 3) implantar o Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

O projeto é executado pelo Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, que é o proponente, selecionado no edital público 001/2011, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), do Governo do Estado da Bahia.

A realidade social denuncia um panorama marcado por desigualdade e exclusão econômica, social e política. Compreendemos que a busca de alternativas ao modelo de desenvolvimento excludente, pela via da iniciativa de implantação de um Fundo Rotativo Solidário, tem uma relevância por tratar-se de uma ação pública de apoio às finanças solidárias, numa relação onde se dá o exercício do princípio da redistribuição entre o governo e a sociedade civil.

O Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros propõe constituir-se numa organização comunitária, no âmbito dos grupos produtivos que compõem o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, como objetivo de oferecer serviços financeiros em rede. Trata-se de uma metodologia participativa com garantias baseadas no aval solidário e gestão de um comitê gestor local, composto por representantes dos grupos produtivos eleitos e pela diretoria do fórum.

O objetivo da pesquisa é avaliar os resultados do Projeto *Desperta Litoral*, analisando a sua contribuição ao desenvolvimento local sustentável-solidário na Costa dos Coqueiros, litoral norte da Bahia, no período de 2011 a 2013. Os objetivos específicos correspondem a

verificar se os objetivos **específicos do Projeto *Desperta Litoral* (2011) foram atingidos**; verificar a ocorrência de melhoria da capacidade produtiva de

13 grupos solidários mediante a aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua organização; identificar a efetivação de capacitação para a gestão do fórum e em temáticas específicas para as cadeias produtivas (agroecologia, pesca, artesanato e serviço de alimentação) onde se inserem os 13 grupos solidários; e analisar as evidências de implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

Da mesma forma, verificar se os objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral* (2011) contribuíram para o desenvolvimento local sustentável-solidário: identificar, nos resultados que se referem à organização dos empreendimentos, as soluções sustentáveis-solidárias coletivas enquanto estratégia de cooperação para o desenvolvimento local; verificar nos resultados dos aprendizados formativos as relações constituídas, a troca das experiências, a articulação dos empreendimentos na geração do próprio processo de desenvolvimento; e analisar, a partir dos resultados de operacionalização do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, evidências da articulação de uma rede dos empreendimentos solidários participantes.

Justificamos a importância da pesquisa que constou da avaliação dos resultados do Projeto *Desperta Litoral* verificando a sua eficácia, ou seja, o grau de alcance dos objetivos do projeto, bem como observando as mudanças ocorridas e a contribuição dessas para a realidade da população beneficiária e o desenvolvimento local. Sabemos tratar-se de uma experiência pioneira a utilização da metodologia de fundos rotativos solidários, promovida pelo Governo da Bahia como ator protagonista desse processo. A avaliação de resultados desse projeto tem a proposição de contribuir nos processos decisórios, especialmente das finanças solidárias inseridas na política estadual de fomento à economia solidária. Acreditamos que os resultados possam contribuir para alavancar a melhoria dos processos avaliados a partir da superação dos limites diagnosticados – numa ação comprometida com todos os atores envolvidos e com a efetivação de políticas públicas de fundos rotativos solidários em nosso Estado.

SOLIDARIEDADE E EQUIDADE POR JUSTIÇA SOCIAL

A solidariedade e a equidade são temas que dão base ao projeto *Desperta Litoral*, que tem na economia solidária, a razão de sua natureza, as finanças solidárias calcada em princípios

de justiça social, onde prevalece a confiança mútua, a participação cidadã e meios de solidariedade redistributiva.

Segundo França Filho (2001, p. 247) “o termo economia solidária identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade.” Essas formas fazem menção à iniciativa cidadã, contrastando com as outras formas de solidariedade, como as historicamente praticadas pelo Estado e as de aspecto comunitário adotadas tradicionalmente. As novas formas referem-se às diversas iniciativas de organizações de ordem social que sobressaem no contexto de crise dos mecanismos de regulação da sociedade, especialmente a crise do Estado-Providência. As iniciativas trazem manifestações distintas de solidariedade, que variam de aspecto, político, assistencial, estendendo-se da filantropia à cooperação, ajuda mútua e reciprocidade. Essas práticas vêm se somar às formas já consagradas no meio social, identificadas na noção de economia popular¹, comprovando a condição universal das novas formas de solidariedade.

Amartya Sen (2011) em seu livro, *A ideia de justiça*, estimula à reflexão sobre a temática que serve de norte ao referido projeto. Chama-nos à atenção sobre a existência de razões de justiça múltiplas e competitivas que pleiteiam imparcialidade mesmo se apresentando desiguais e adversárias. Sobre a justiça social, traz as evidências do iluminismo europeu entre os séculos XVIII e XIX, reconhecendo as discussões havidas em séculos anteriores. Nesse período quando ganha maior expressão é influenciada pelo clima político de mudanças e transformação social e econômica vivido na Europa e Estados Unidos. Reporta-se às divergências de argumentação sobre a justiça na época em questão por filósofos de pensamento radicais e esclarece a dicotomia das abordagens. Thomas Hobbes no século XVII seguido por outros pensadores como Jean - Jacques Rousseau convergem no reconhecimento de arranjos institucionais justos para uma sociedade. Nessa abordagem chamada por Amartya Sen (2011) de “institucionalismo transcendental”, apresenta traços distintos. Em um primeiro plano a atenção está centralizada no que denomina de justiça perfeita diferentemente das comparações relativas de justiça e injustiça. A busca é de identificação das características sociais sem exceder à justiça. O objetivo não é a comparação entre as sociedades viáveis que podem não corresponder aos ideais de perfeição.

¹ “[...] a noção de economia popular é utilizada, na maioria das vezes, para identificar uma realidade heterogênea, um processo social que pode ser traduzido pela aparição e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América latina” (RAZETO, 1991 apud FRANÇA FILHO, 2002).

Num segundo plano, explica Amartya Sen (2011), na busca de perfeição, o institucionalismo transcendental fixado em atingir as instituições deixa de focalizar de forma direta às sociedades reais que conseqüentemente poderiam surgir. Sendo assim a sociedade resultante do conjunto de instituições depende necessariamente de características não institucionais a exemplo do comportamento das pessoas e suas interações sociais. No entanto nos prováveis resultados das instituições a partir do comentário de uma teoria institucionalista transcendental, são feitas pressuposições comportamentais que auxiliam na operação das instituições escolhidas.

Para Amartya Sen (2011) as características procedem da forma “contratualista” do pensamento de Thomas Hobbes persistido por John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant. Ao transformar no “contrato social” hipotético, supostamente escolhido – uma alternativa ideal para o caos – caracterizaria uma sociedade e os contratos mais discutidos pelos autores citados relacionavam-se com as instituições. Dessa forma, resultaria no desenvolvimento de teorias da justiça - com foco na identificação transcendental das instituições ideais.

Na concepção de busca por instituições perfeitamente justas, Sen (2011) cita institucionalistas transcendentais como Immanuel Kant e John Rawls que trouxeram contribuições por meio de análises dos imperativos morais e políticos para o comportamento socialmente apropriado, com análises e exigências de normas comportamentais. O que denota certo contraste, observando a abordagem da justiça com ênfase em arranjos que se dão no comportamento mas também nas instituições. Portanto há uma diferença na concepção de justiça focada em arranjos e a concepção focada em realizações.

Conforme Sen (2011), outros teóricos iluministas numa abordagem comparativa com o institucionalismo transcendental, relacionaram realizações sociais decorrentes de instituições e comportamentos reais e outras influências, são interpretações distintas identificadas em obras de Adam Smith, Marquês de Condorcet, Jeremy Bentham, Mary Wollstonecraft, Karl Marx, John Stuart Mill e outros dos sec. XVIII e XIX. Embora os autores citados apresentem um quadro diverso de comparações sociais partindo de sociedades existentes ou que viriam surgir não limitaram-se à análise à pesquisas transcendentais de uma sociedade perfeitamente justa. As comparações relacionadas às realizações contrapunham às injustiças do ambiente que viviam.

Contudo a distância entre as duas abordagens institucionalismo transcendental e comparação focada em realizações resguarda uma importância. Conforme Sen (2011), não é à toa que hoje a filosofia política apoia-se no institucionalismo transcendental, na exploração da

teoria da justiça. A obra de John Rawls, traz essa influência. Em sua obra *theory of justice*, os “princípios de justiça” os conceitos são semelhantes às instituições perfeitamente justas e faz uma exploração clara de comportamentos certos nos contextos políticos e morais. Como Rawls, outros teóricos contemporâneos da justiça optam pela via institucional transcendental, como Ronald Dworkin, David Gauthier, Robert Nozick entre outros. Embora suas teorias apresentem insights diferentes, apontam exigências de uma “sociedade justa”, comungam do objetivo de identificar regras e instituições justas mesmo de formas distintas. Portanto as teorias da justiça modernas estão relacionadas às instituições perfeitamente justas.

Em sua obra, Sem (2011) diferente do que propõe grande parte das teorias da justiça modernas fundamentadas na “sociedade justa”, parte da experiência de pesquisar comparações que se baseiam em realizações focadas no avanço ou retrocesso da justiça. Nessa investida não se alinha à tradição do institucionalismo transcendental de origem no período iluminista, mas à outra tradição surgida em seguida e que entre outros, Smith, Condorcet, Wollstonecraft, Bentham, Marx, Mills deram seguimento. Ressalva Sem (2011) que ao compartilhar numa perspectiva inicial com esse pensamento, não significa aderência às suas teorias substantivas, até por que entre eles há uma discordância, mas para além das iniciais perspectivas compartilhadas, a necessidade da observação dos resultados finais.

Destaca Sem (2011) a importância do ponto de partida priorizando questões a serem respondidas a exemplo de: “como a justiça seria promovida? Em detrimento de outras como: “o que seriam instituições perfeitamente justas?” O ponto de partida resultaria numa dupla divergência: a opção pela via comparativa em detrimento da transcendental e a fixação nas realizações que ocorrem nas sociedades envolvidas ao contrário de prevalecer as instituições e as regras. Argumentado por Sem (2011) esse balanço de ênfase na filosofia política contemporânea, requererá uma mudança radical na formulação da teoria da justiça. Questiona sobre a necessidade de uma dupla divergência.

Essa dupla divergência relaciona-se ao transcendentalismo onde Sem (2011) vê dois problemas: A ausência de nenhum acordo arrazoado, ainda com restritas condições de imparcialidade e análise abrangente, onde Rawls identifica como “posição original” da natureza da “sociedade justa”, considerada como problema da factibilidade de encontrar uma solução transcendental acordada. Outra questão é o exercício da razão prática que implica numa escolha real com estrutura para comparar a justiça na escolha entre alternativas viáveis diferente de uma identificação de situação perfeita inacessível, sem ser transcendida. O que resulta na redundância de uma solução transcendental.

Já o componente divergente relaciona-se à necessidade de focar as realizações e os feitos, ao contrário de prender-se apenas no que se identifica como as instituições e as regras certas. A dicotomia geral e ampla que Sem (2011) nos fala, é resultante do contraste entre a visão da justiça focada em arranjos e a justiça focada em realizações. Considera num primeiro raciocínio, a justiça conceitualizada como arranjos organizacionais cuja presença ativa mostraria que a justiça está sendo feita. Nesse contexto cabe o questionamento: “a análise da justiça necessita limitar-se ao acerto das instituições básicas e das regras gerais? Há necessidade do exame sobre o que surge na sociedade, os tipos de vida que as pessoas podem ter, considerando as instituições e as regras, mas também outras influências como o comportamento real que afetam inevitavelmente as vidas humanas?”

Nos argumentos sobre as divergências Sem (2011) concorda na possibilidade das diferenças entre princípios de justiça concorrentes que resistem ao exame crítico e aspiram imparcialidade. No argumento sobre a seriedade às conjecturas de autoria de Rawls, supõe uma escolha unânime de um conjunto único de “dois princípios de justiça” numa situação hipotética de igualdade primordial, que o denomina de “posição original”. As pessoas não estão cientes de seus interesses pelo próprio benefício. Deduz-se que exista apenas um tipo de argumento imparcial que satisfaça as exigências da justiça e do qual os interesses tenham sido aparados. O que Sem (2011) considera como um erro.

A possibilidade da existência de diferenças nas medidas comparativas exatas dadas à igualdade distribucional de uma forma e a melhoria geral por outra, é vista por Sem (2011) na identificação transcendental de John Rawls, nas possibilidades diferenciadas, arazoadas, específicas concentradas em dois princípios de justiça, a ausência de esclarecimento nas alternativas e falta de atenção à imparcialidade da sua posição original. Num diagnóstico de arranjos sociais de caráter justo mas ainda assim problemático, a estratégia do institucionalismo transcendental ficará prejudicada, pois as alternativas compreensíveis estarão disponíveis. Os princípios de justiça previsto na “justiça como equidade” de John Rawls, denotam sobre instituições perfeitamente justas em um mundo no qual as alternativas estão disponíveis. Não se tem a compreensão se a pluralidade de razões a favor da justiça admitisse um conjunto único de princípios de justiça emergisse na posição original. Na justiça social rawlsiana, precedida da identificação e estabelecimento das instituições justas, a imobilização estar na própria base.

Rawls (1985) concebe a justiça como equidade numa democracia constitucional sistemática e praticável que apresenta uma alternativa ao utilitarismo adotado na tradição do pensamento político. Dessa forma traz como primícia a oferta de uma base que conste segurança

e aceitação diferente do que seja a opção de uma base utilitarista considerando os princípios constitucionais de direitos e liberdades fundamentais.

As sociedades de um modo geral vivenciam suas histórias ao longo do tempo para tratarem de controvérsias políticas, que levam à situações difíceis de compartilhamento ao acordo político. No entanto a filosofia política numa sociedade democrática dedica-se à essas questões como forma de solucioná-las de forma pública e mutuamente aceitável. Mesmo sem a solução devida busca-se minorar as divergências de opiniões em favor da cooperação política tendo o respeito mútuo como princípio. (RAWLS , 1985).

É sustentado por Rawls (1985) a dificuldade de se estabelecer as instituições básicas da democracia constitucional onde estejam assegurados os direitos e liberdades básicas de cidadãos livres e iguais que respondam por demandas de igualdades democráticas, tomando por base a trajetória do pensamento democrático nos dois últimos séculos. Observa o autor certo desacordo que identifica como conflito no âmbito da tradição do pensamento democrático, enfatizada por Locke e nominada por Constant de “liberdade dos modernos” (p. 30), sob o julgo da lei definido por Rousseau de “liberdade dos antigos”, com igualdade nas liberdades políticas e vida pública valorizada.

Enquanto equidade a justiça segundo Rawls (1985), busca a solução do confronto, estabelecendo dois princípios que vão balizar as instituições básicas para a efetivação dos valores da liberdade e da igualdade em primeiro plano. Num segundo plano identifica nesses princípios o surgimento dos mais apropriados à natureza dos cidadãos democráticos como pessoas livres e iguais. Necessário compreender que arranjos de estrutura básica e formas institucionais apropriam-se mais à valores da liberdade e da igualdade à medida que os cidadãos são pessoas com capacidades morais habilitadas a conviverem na sociedade enquanto sistema de cooperação justa para o benefício mútuo.

Rawls (1985) cita os dois princípios de justiça:

“1. Cada pessoa tem direito igual a um esquema plenamente adequado de direitos e liberdades básicas iguais, sendo esse esquema compatível com um esquema similar para todos” (p. 30).

2. As desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, elas devem estar ligadas a cargos e posições abertos a todos em condições de justa igualdade de oportunidades; segundo, elas devem beneficiar maiormente os membros menos favorecidos da sociedade. Cada um desses princípios aplica-se a uma parte diferente da estrutura básica; ambos dizem respeito não somente aos direitos, liberdades e oportunidades básicas,

mas também às demandas de igualdade; a segunda parte do segundo princípio subscreve o valor (*worth*) dessas garantias institucionais. Em conjunto, e se dá prioridade ao primeiro, eles regulam as instituições básicas que realizam esses valores. (RAWLS , 1985).

Conforme Rawls (1985) os princípios precisam ser claros no objetivo de combinação com uma definição de justiça política e que tenha afinidade com nossas convicções à base de um “equilíbrio reflexivo” (32).

O aprofundamento do tema com base nos autores Sem (2011) e Rawls (1985), foi de fundamental contribuição ao que já dialogamos no projeto *Desperta Litoral* sobre a justiça social numa área da economia para além das teorias hegemônicas, no sentido de promover a liberdade com base nos direitos humanos enquanto valor universal. Observamos na avaliação dos resultados e principalmente hoje, após dois anos a identificando de impactos sociais decorrentes do projeto, como o empoderamento dos atores sociais; a ampliação das relações cooperativas; a promoção do desenvolvimento local; o fortalecimento das instituições comunitárias locais; o ganho em autonomia e protagonismo do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, na implantação do Banco Comunitário de Abrantes – microcrédito solidário. Com base nos conceitos da equidade e solidariedade, os resultados apresentados pelo projeto “Desperta Litoral”, deixam claro o aumento dos índices de solidariedade e equidade, entre os grupos, constatado em suas vivências de cooperação e partilhamento.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

O Projeto *Desperta Litoral* propõe a implantação de um fundo rotativo solidário. As iniciativas de finanças solidárias baseiam-se em princípios de solidariedade, da confiança e ajuda mútua, são expressões da sociedade com caráter de auto-organização coletiva, de grupos organizados em territórios com o objetivo de fazer a gestão de recursos econômicos próprios.

A autogestão é explicada por Singer (2013) como ramo da economia solidária que busca a valorização da ação humana conjunta. Dessa forma tem origem a economia solidária, como resposta ao capitalismo industrial, ao se firmar como modo de produção hegemônico depois da Revolução Industrial do século 18, e implica a reversão da lógica capitalista de exploração da mão de obra e dos recursos naturais.

A solução para a problemática contemporânea, configurada na “crise do trabalho” – origem do desemprego nas duas últimas décadas –, é estudada por Singer (1999, apud FRANÇA FILHO, 2008, p. 220), assim como o “desassalariamento da economia”: onde, a cada 10 postos de trabalho gerados naquele momento no Brasil, apenas três eram de carteira assinada. Conforme o autor, mesmo com iniciativas de reparação desse quadro, ainda assim observa-se um *déficit* significativo das oportunidades ao trabalho formal, identificado na realidade do universo da informalidade.

Dessa forma, como compreender a emergência do fenômeno da economia solidária?

O argumento de França Filho (2001) está relacionado à problemática de exclusão social como questão urbana numa condição de crise do Estado-Providência. Neste sistema, ocorre a falência dos mecanismos de regulação político-econômicos da sociedade, originários das esferas de organização das relações sociopolítico-econômicas. O Estado e o mercado têm, na relação assalariada, sua estruturação fundamental. Em meio a essa dinâmica, a economia solidária apresenta-se como fenômeno, requerendo novas formas de regulação da sociedade.

No comportamento econômico evidenciam-se lógicas distintas, diferentes racionalidades presentes na dinâmica organizacional. Essa economia supõe uma variedade de princípios do comportamento econômico. Sendo que o mercado autorregulado não será a única forma possível de alocação, produção e distribuição de recursos. França Filho (2002) chama a atenção não somente para o princípio econômico, mas que há outras formas a serem utilizadas, como a redistribuição estatista e a reciprocidade. Nesta forma, a economia supera a restrição do mercado definindo-se como economia plural. Sendo assim, há uma pluralidade de princípios

do comportamento econômico que, na forma de organização do trabalho, articula diferentes registros da ação econômica nas três formas de economia: mercantil, não mercantil e não monetária.

As finanças solidárias, conhecidas como finanças de proximidade, pressupõem relações sociocomunitárias numa forma de democratizar o sistema financeiro, disponibilizando alternativas aos excluídos do sistema de crédito tradicional por meio da gestão comunitária e da solidariedade. Distingue-se das práticas convencionais financeiras explicado por França Filho (2013) de difícil percepção, se analisado pelo paradigma econômico convencional, em razão de corresponder também a operações financeiras de baixo teor econômico e direcionar-se a público identificado como de baixa renda excluída do sistema financeiro formal.

Nessas relações, a confiança e a solidariedade são valorizadas com prioridade relevante para a concessão de crédito. Como salientado por França Filho (2013), neste sistema as relações sociais superam as relações econômicas, logo, são contrárias à lógica clássica do mercado; a lógica econômico-social é oposta à ideia de crescimento como propósito do sistema, mas com a finalidade de dar conta das demandas e necessidades comunitárias de um determinado território. É o que dá condição às práticas de finanças solidárias de enraizarem-se territorialmente e/ou comunitariamente – por essa razão a denominação de finanças de proximidade. Essas integram o universo das microfinanças, a exemplo dos fundos rotativos e fundos solidários, que se reportam a iniciativas antigas e tradicionais, anteriores ao microcrédito. Da mesma forma, os bancos comunitários de desenvolvimento se combinam com uma base de organização comunitária. São manifestações de economia solidária no Brasil e são empreendidas por cooperativas de crédito e Oscips² de microcrédito.

A concepção sustentável-solidária apresenta-se como uma alternativa de contribuição ao desenvolvimento local, buscando condições de equidade e igualdade na sociedade, em face do agravamento da problemática social resultante da concentração de renda, de capital e de poder. Segundo França Filho (2008), a defesa de uma via sustentável-solidária se dá numa plataforma onde a solidariedade permeia como elemento estruturante, podendo configurar uma economia que se baseia numa outra forma de desenvolvimento, onde princípios e valores de um mercado autorregulado não devem ocupar a centralidade das relações de troca.

Na concepção sustentável-solidária, de acordo com França Filho (2008), as soluções de combate à pobreza ou promoção do desenvolvimento local deixam de ser pensadas no âmbito

²Oscip– Organização da sociedade civil de interesse público.

individual, como uma possível capacidade empreendedora individual. Compreende-se que a causa da falta de trabalho relaciona-se a questões de natureza estrutural. Assim sendo, as soluções de enfrentamento precisam ser coletivas, conforme novas formas de regulação das relações econômico-sociais.

A via sustentável-solidária na condição de desenvolvimento local passa pela necessidade de fortalecer as capacidades locais, impulsionadas pelo próprio processo de desenvolvimento, de gerar os processos fundamentais de interação dinâmica: a mobilização e formação; a pesquisa; o planejamento; a própria montagem dos empreendimentos e a implantação da rede e concretização do marco legal de economia solidária. Na concepção sustentável-solidária é ressaltada a importância dos territórios e a sustentabilidade destes, ainda que, em situação socioeconômica precária, sejam valorizadas as soluções endógenas, compreendendo que cada comunidade tem as soluções de seus próprios problemas.

A economia solidária, como prática que promove o desenvolvimento local, inspira em análise uma nova concepção da sustentabilidade. Segundo França Filho e Santana Júnior (2013), parte-se do pressuposto de que a economia solidária, como iniciativa de ordem associativa ou cooperativista, aproxima moradores de um contexto territorial motivados pela resolução de problemas públicos que dizem respeito às suas reais condições de vida. A partir da organização de atividades socioeconômicas oriundas daquela realidade local, passa a estimular no território um circuito integrado de relações socioeconômicas, reunindo produtores e/ou prestadores de serviços em articulação com consumidores e/ou usuários de serviço, caracterizando uma lógica de rede de economia solidária.

Mas como se configura a sustentabilidade no desenvolvimento local/territorial?

Para França Filho e Santana Júnior (2013), faz-se necessário compreender de que forma aplicar a ideia da sustentabilidade. No território, a sustentabilidade não pode ser avaliada conforme critérios de economicidade, dando enfoque especial aos aspectos da rentabilidade financeira dos empreendimentos produtivos. Faz jus uma redefinição da ideia de sustentabilidade, adotando-se um critério relacionado à promoção de uma articulação entre os diversos aspectos da vida em um dado território, tendo em conta, principalmente, as dimensões econômica, social, política, cultural e ambiental.

TRAJETÓRIA DA CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

O conceito de avaliação vem sendo construído em múltiplos enfoques que traduzem a evolução do conceito. Partimos do estudo de Guba e Lincoln que adotam como base histórica o século XX. Esses autores esquematizam o contexto histórico realizando uma construção evolutiva, em quatro gerações, reunindo autores com propósitos relacionados à temática da avaliação e opções filosóficas assumidas, partindo de uma “função” técnica a ações compreensivas e transformadoras. A primeira geração: mensuração, contextualiza-se a partir do início do século XX, estendendo-se até a década de 1930, dando ênfase à classificação mediante a utilização de técnicas quantitativas, adotando a prática de exames e testes apoiados em base conceitual da psicologia-psicometria, priorizando por meio de testes a mensuração da inteligência e o desempenho humano (GUBA; LINCOLN, 2011).

A segunda geração: descrição, surge do propósito de corrigir uma deficiência da primeira geração. Como explicam os autores Guba e Lincoln (2011), os alunos foram escolhidos como sujeitos da avaliação. Tratava-se da descrição de padrões de pontos fracos e fortes relacionados a determinados objetivos, foi o que caracterizou a denominação da avaliação de segunda geração. Nessa circunstância, delimita-se ao avaliador a função de descritor, assegurando os aspectos técnicos anteriores da função.

A terceira geração, conforme Guba e Lincoln (2011), caracteriza-se pela inclusão do juízo de valor e o papel que o avaliador exerce, como julgador, nos procedimentos avaliativos, permanecendo as funções técnicas e descritivas anteriores. O avaliador assumia o papel de julgador, mas conservava as funções técnicas e descritivas anteriores.

Mas, ao desenvolverem um estudo ordenando as experiências de avaliação em três gerações, Guba e Lincoln (2011) constatam a necessidade de propor uma abordagem alternativa ao método científico, trazendo uma significativa contribuição à compreensão deste campo do conhecimento. Reconhecem de pouca discussão as demonstrações sobre as primeiras gerações, porém satisfatórias para dedução do papel de cada uma no processo construtivo e sedimentar da avaliação.

A sistematização da coleta de dados tornou-se possível com o desenvolvimento dos instrumentos específicos utilizados na primeira geração com indivíduos, porém houve a necessidade de se analisarem os objetos da avaliação (programas, conteúdos, estratégias, padrões organizacionais, abordagens), inseridos na segunda geração. Na terceira geração, a avaliação se centra no juízo de valor, resultado do mérito do objeto de avaliação, valor íntimo e intrínseco, como também sua importância, enquanto valor extrínseco ou contextual (GUBA e LINCOLN, 1981, apud GUBA; LINCOLN, 2011). Acreditam estes autores que as três

gerações da avaliação têm imperfeições e veem a necessidade de complementação, a ponto de questionarem a razão de ainda não haver ocorrido, desde que foram identificadas na análise. Assim, sugerem uma completa reconstrução, partindo de três pontos que consideram falhas graves: tendência ao gerencialismo; incapacidade de acomodar o pluralismo de valores; comprometimento exagerado com o paradigma científico de investigação.

Propõem a quarta geração, numa abordagem denominada de avaliação construtivista responsiva ou respondente. Em sua especificidade ocorre a negociação entre cliente e avaliador, numa metodologia construtivista que conduz a avaliação. Suas raízes situam-se no paradigma de investigação, contrário ao paradigma científico, podendo ser denominada construtivista, mas também avaliação interpretativa ou hermenêutica, ou ainda hermenêutico-dialética, que são denominações que abrigam percepções específicas da natureza deste paradigma. Portanto, metodologicamente, o paradigma refuta a abordagem dominante e manipulatória (experimental), peculiar à ciência, e a substitui pelo processo hermenêutico-dialético.

Os autores Vieira e Tenório (2010), com base nos estudos apresentados, desenvolvidos por Guba e Lincoln (1989), apresentam suas contribuições à avaliação, identificando algumas lacunas, com destaque para: a insuficiência do próprio conceito de gerações e a não garantia da sustentabilidade dos resultados pela quarta geração, que incorpora a negociação. Na constatação prognosticam a construção de uma nova teoria da avaliação. O novo conceito inclui todas as outras dimensões da avaliação, ampliando a ação avaliativa para depois da tomada de decisão, ou seja, a melhoria do processo, para além dos resultados da avaliação. Recomendam uma nova forma de pensar os valores dos interessados, observando os resultados da avaliação após a própria avaliação. Os resultados finais relacionam-se a outros interessados, a exemplo da abrangência ao meio ambiente, comunidade, sociedade, numa perspectiva de avaliação que tem compromisso com a sustentabilidade (VIEIRA; TENÓRIO, 2011).

Nesse estudo, Vieira e Tenório (2010) propõem um novo paradigma e conceito de avaliação, o paradigma da sustentabilidade. Segundo os autores, é necessário reconsiderar os elementos de constituição desta nova condição para uma atualização. Afirmam “que avaliar é o diagnóstico para a tomada de decisão com vistas na melhoria do processo” (p. 65). Esse conceito engloba todas as dimensões da avaliação, ampliando a ação avaliativa para a fase posterior à tomada de decisão, ou mesmo depois do que se conhece como resultados da avaliação. Reportam-se ao tempo presente, à complexidade das exigências contemporâneas de uma sociedade onde a participação, o diálogo, a justiça social, as redes de relações apresentam um significado cujas demandas já não correspondem às expressões defendidas nas quatro

gerações. As exigências à avaliação configuram-se em melhoria do processo – onde se busca o compromisso efetivo com os resultados numa ótica relacionada ao paradigma da sustentabilidade. A 5ª dimensão nos inspirou como opção no projeto de pesquisa, por sua característica de avaliação inclusiva com o compromisso na melhoria dos processos, incluindo um novo modo de pensar de regular as relações numa proposta de partilhamento comprometida com a sustentabilidade.

AValiação DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS

Os programas caracterizam-se como ações sistemáticas do Estado em atendimento à população em situações de vulnerabilidade social, em resposta às demandas variadas, numa situação de intervenção governamental, disponibilizando recursos públicos. Para Draibe (1997), a avaliação de políticas e programas sociais tem caráter de procedimento estratégico e essencial, permitindo o entendimento da ação pública, com a possibilidade de favorecer a democratização do Estado bem como da sociedade civil, aprimorar as políticas e a ação estatal, sugerindo e aconselhando alterações nos processos de formulação, implementação e resultados.

Conforme Boullosa (2009, p. 29), atualmente no Brasil, a avaliação já se consolida na agenda governamental, contudo ainda se considera limitação de seus usos. A cultura da avaliação, influenciada pela concepção gerencialista, ainda não permitiu superar o estigma da avaliação como etapa final de processos de intervenção social. O ato de avaliar ainda se dá sem um entendimento do motivo pelo qual o próprio Estado, ao promover processos de aprendizagem relacionados à intervenção social, não contempla essa necessidade. Há certa “automatização da avaliação”, não aproveitando seu uso prático nos próprios objetos avaliados, como políticas, planos, programas, projetos ou ações, com certa falta de significação, fruto da forma como vem se consolidando essa cultura no país.

Ferreira e Tenório (2010), ao se reportarem à insuficiência ainda do desenvolvimento das pesquisas na avaliação de políticas públicas, explicam retomando o período de surgimento das exigências para financiamento de programas (década de 80), tendo como principal demanda o estudo sobre o processo de tomada de decisões e as influências delimitadas num contexto de viés comportamental e neutralista. Nesse caso, segundo os autores (p. 157), “[...] estuda-se a eficácia das políticas deixando relegada a avaliação política dos princípios que as fundamentam, ou seja, o seu conteúdo substantivo. Enfatizam-se o cumprimento de metas e os processos

colaterais e deixa-se de lado a essência da política”. Portanto, a avaliação não deve limitar-se apenas às questões de análise conceitual de princípios como também a uma análise somente política, mas precisa atentar à avaliação, fundamentada em princípios que sustentam as razões que deram origem à própria política, isto é, baseada em princípios de concepção humanísticos de igualdade, democracia e de cidadania (FERREIRA; TENÓRIO, 2010).

Carvalho (2000 apud ARAÚJO, 2009, p. 112) argumenta que “avaliar projetos é um dever ético que as organizações da sociedade civil deveriam ter para com a sociedade em geral”. Comenta sobre “a necessidade de estabelecer relações de transparência com os diferentes interessados, no que tange aos resultados, propósitos e processos das organizações da sociedade civil” (p. 112).

Em meio às análises de distintos autores sobre avaliação de políticas e programas, temos a dizer que no campo social é fundamental a difusão da cultura da avaliação num processo de fomentar a participação popular, uma forma de garantir a legitimidade e a participação desde a formulação, implementação, execução das políticas, programas e projetos, avaliação, no sentido de democratizar as informações, decisões, para uma apropriação mais rica, objetivando êxitos na eficiência, eficácia e efetividade, fazendo o uso dos resultados da avaliação no processo de tomada de decisão, visando a uma melhoria efetiva das políticas públicas, programas e projetos.

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Avaliar programas reveste-se de importante iniciativa, não basta os projetos serem eficazes, seus resultados precisam ser avaliados. Para isso faz-se necessária a utilização de metodologia adequada à formulação da avaliação de projetos. Avaliar um programa ou projeto não é algo que se possa fazer em qualquer tempo e em qualquer lugar, para Aguilar e Ander-Egg (1994), é necessária a interlocução com os participantes em ambiente apropriado para analisar a possibilidade da condição de avaliar. Ander-Egg (1984 apud AGUILAR e ANDER-EGG, 1994) reconhece como requisito fundamental que os responsáveis políticos e administrativos pelos programas tenham a convicção da necessidade da avaliação; além da concordância com os propósitos, aplicações e consequências da avaliação, bem como comprometer-se com a inclusão da avaliação enquanto parte do programa. O requisito básico comporta a utilidade e a viabilidade da avaliação.

No tocante às funções da avaliação, importante mencionar a função gestora da avaliação, para isso trazemos a contribuição dos autores Tenório; Lopes; Ferreira (2012): a avaliação é gestão; nessa atividade, a fase de tomada de decisão utiliza-se do bom senso, exigindo posicionamento político, que se sustenta num julgamento da realidade, apoiada em informações fidedignas e rigorosas. A tomada de decisão na avaliação e na gestão depende de fatores, como a negociação, que, associados ao julgamento, funcionam como respaldo para a sustentação da decisão. Portanto, avaliação e gestão aproximam-se pelas capacidades humanas de julgamento e de decisão.

Na classificação da avaliação como de resultado ou de impacto, podemos compreender essa distinção com os autores Aguilar e Ander-Egg (1994). Segundo eles, a diferença ocorre conforme o momento que se avalia. A avaliação de impacto ou ainda de pós-decisão trata-se da avaliação ex-post, “é a que se realiza uma vez que o programa ou projeto chegou ao fim” (p.42), ou seja, é realizada quando o programa ou projeto atingiu seu desenvolvimento (tempos depois de concluída a execução). Portanto, há uma diferença dessa para a avaliação do fim do projeto, aquela que se faz ao concluir a fase de execução. Assim, ficam esclarecidas as duas formas de avaliação de resultados. Essas distinguem-se pelas informações que se dão sobre a execução, o funcionamento e os resultados ou os efeitos de um programa.

Numa abordagem centrada em objetivos, têm razão os propósitos especificados da atividade; nessa condição, a avaliação concentra-se à medida que esses foram alcançados. As informações decorrentes de uma avaliação nesse modelo podem ser utilizadas para reformular as metas de uma atividade, a própria atividade e ou os procedimentos de avaliação empregados para determinar a realização das metas. A origem da abordagem centrada em objetivos deu-se na década de 1930 e contou com algumas contribuições de estudiosos, porém aquele de maior expressividade refere-se a Ralph W. Tyler (1942,1950), cuja abordagem recebeu o seu nome como homenagem (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

A abordagem de Tyler desenvolveu-se na experiência denominada de *Estudo de Oito Anos*, ocorrida na final de 1930, embora haja referência de estudo anterior³ que preparou o cenário para o estudo de Tyler na educação. Essa abordagem vê a avaliação como processo de estabelecer medida para observar se os objetivos de um programa são realmente alcançados. Nessa abordagem, adota-se o seguimento das etapas:

³Travers (1983) observou que uma obra anterior de Waples e Tyler, *Research methods and teacher problems (Os métodos de pesquisa e os problemas do professor)*, preparou o terreno para os feitos posteriores de Tyler na educação. Travers (1983 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004 apud, p. 130).

1. Estabelecer metas ou objetivos gerais; 2. Classificar as metas ou objetivos; 3. Definir os objetivos em termos comportamentais; 4. Encontrar situações em que é possível mostrar que os objetivos foram alcançados; 5. Criar ou selecionar técnicas de mensuração; 6. Coletar dados relativos ao desempenho; 7. Comparar os dados de desempenho com os objetivos formulados comportamentalmente.

As discordâncias entre o desempenho e os objetivos causam as modificações cujo processo avaliativo visa corrigir os problemas, ocorrendo assim a repetição do ciclo da avaliação. O argumento de Tyler era lógico, de boa aceitação científica e com facilidade de ser adotada pelos avaliadores, o que fez exercer influência sobre os teóricos que o sucederam.

A contribuição de Cohen e Franco (2012, p. 152) para os objetivos da avaliação foi fundamental para nos orientar no processo da avaliação dos resultados do Projeto *Desperta Litoral*.

Uma instância central do processo de avaliação consiste em determinar o grau em que foram alcançadas as finalidades do projeto. Isto requer dimensionar o objetivo geral em subconjuntos de objetivos específicos, os quais por sua vez terão “metas”, cuja obtenção será medida através de indicadores. As variações nos valores que são verificados nas unidades de análise permitem quantificar este processo.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa avaliativa tem como objeto de estudo a avaliação de resultados do projeto *Desperta Litoral*. O campo empírico de estudo é a Costa dos Coqueiros, Litoral Norte da Bahia, onde se localizam o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros e os 13 grupos produtivos, nos municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Esplanada, Conde e Jandaíra.

Os atores sociais pertencentes aos grupos produtivos e integrantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, técnicos, consultores, representantes de órgãos públicos e organizações locais, foram os sujeitos, fontes de informação para o levantamento de campo. A pesquisa documental foi realizada em consulta aos documentos que vão do processo de seleção à execução do projeto, que serviram para a compreensão do objeto estudado. A amostra constituiu-se com base no universo de 13 grupos produtivos, correspondendo a 92,3% da população-alvo, e todos os membros integrantes do comitê gestor local e direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, correspondendo a 100%. Participaram também a instrutora de economia solidária do fórum, os dois técnicos representantes da Secretaria do Trabalho,

Emprego, Renda e Esporte (Setre) e a Cáritas Brasileira. Os instrumentos de coleta utilizados foram os seguintes: formulário (questionário) para aplicação das entrevistas estruturadas; roteiros das entrevistas semiestruturadas e roteiro do grupo focal.

Na primeira etapa do trabalho, realizamos o estudo diagnóstico, para caracterizar o marco zero, que teve como objetivo orientar e servir posteriormente de base ao formato da avaliação de resultado, para a comparação com os indicadores iniciais observados no diagnóstico, instrumento da gestão que visa contribuir para o acompanhamento e/ou transformação do projeto, vistos seus objetivos. Teve como base retratar a realidade atual do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, entidade proponente do Projeto *Desperta Litoral*, e dos 13 grupos produtivos participantes, quanto à estrutura, organização, gestão, capacidade financeira, produção, escoamento e comercialização, formação de saberes (capacitação), mecanismos solidários adotados e percepção dos grupos produtivos em relação ao Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros.

Para construir os instrumentos da pesquisa e verificar em que medida os objetivos específicos foram alcançados, adotamos o uso da matriz de planejamento de avaliação de resultados conforme os objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral*; como também verificamos a contribuição dos objetivos para o desenvolvimento local sustentável-solidário. Da mesma forma se as fontes de informação e seleção de instrumentos de coleta de informação corresponderam à análise dos resultados conforme os objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral* e à contribuição desses para o desenvolvimento local sustentável-solidário.

RESULTADO E ANÁLISE

Na análise dos resultados, utilizamos o diagnóstico marco zero, uma das etapas dessa avaliação, construído no início da ação do Projeto *Desperta Litoral*. Realizamos o diagnóstico atual respondendo aos objetivos específicos do projeto, estabelecendo uma comparação dos dados adquiridos nas etapas do diagnóstico marco zero (passado) e do diagnóstico de resultados atuais (presente) para a identificação das mudanças ocorridas (variação), fazendo a análise interpretativa dos dados apresentados, verificando se os resultados foram atingidos conforme os objetivos previam.

Objetivo específico 1: verificar a ocorrência de melhoria da capacidade produtiva dos grupos solidários por meio da aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua

organização. Temática: **melhoria da capacidade produtiva dos grupos tendo em vista a aquisição de equipamentos e insumos recebidos.**

No atendimento a esse objetivo, considerando os indicadores que propomos para medir o alcance, tendo por base a comparação com os resultados do diagnóstico marco zero, no objetivo específico 1, constatamos: que ocorreu melhoria da capacidade produtiva de todos os grupos de produção – 100% dos grupos participantes da pesquisa aumentaram a produção entre 40% e 10%. Quanto à diversificação da produção: 30% dos grupos diversificaram a produção; 70% mantiveram a mesma especificidade. Enquanto resultado financeiro: 70% aumentaram a arrecadação entre 50% e 25%; 30% mantiveram a mesma arrecadação.

Objetivo específico 2: identificar a efetivação de capacitação para a gestão do fórum e em temáticas específicas para as cadeias produtivas (agroecologia com meliponicultura, pesca, artesanato e serviço de alimentação), onde se inserem os treze grupos solidários. Temática: **evidências de eficácia da gestão do fórum e dos grupos a partir das capacitações oferecidas.**

No atendimento a esse objetivo, com base nos indicadores que propomos para medir o alcance do objetivo específico 2, identificamos: 50% dos grupos tiveram melhoria da organização; 10% referiram-se à facilidade no aprendizado da formação em economia solidária; 10% informaram a contribuição da formação, mas apontam a dispersão dos grupos pela distância que os separa; 10% estabeleceram a estratégia de criação de um fundo similar ao do fórum em sua comunidade, com retorno de 100% dos recursos recebidos, para efetuarem 30% ao fundo do fórum e 70% para a construção da sede da associação; 20% não responderam. A capacidade articulativa dos grupos nas interorganizações deu-se da seguinte forma, 60% realizados com entidades e organizações da sociedade civil; 40% foram feitos com as esferas públicas municipal, estadual e federal.

Objetivo específico 3: analisar as evidências de implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. Temática: **identificar as evidências de funcionamento do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.**

No atendimento a esse objetivo, considerando os indicadores escolhidos para medir o alcance do objetivo específico 3 do projeto de pesquisa: o indicador de operacionalização do comitê gestor local na constituição do Fundo Rotativo Solidário não foi alcançado; o indicador correspondente à frequência das contribuições dos grupos de produção foi alcançado. No momento, 77% dos grupos já iniciaram o pagamento referente à devolução para formação do

Fundo Rotativo Solidário; O indicador referente à distribuição de recursos com outros grupos de produção até então não contemplados não foi alcançado.

Em seguida, respondemos à proposta do objetivo geral, verificando se os objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral* contribuíram para o desenvolvimento local sustentável-solidário.

Relacionado ao objetivo 1: identificar nos resultados que se referem à organização dos empreendimentos as soluções sustentáveis-solidárias coletivas enquanto estratégia de cooperação para o desenvolvimento local.

Considerando-se os desdobramentos dos objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral*, verificando o objetivo 1, quanto às suas contribuições para o desenvolvimento local sustentável-solidário, com base no indicador escolhido para medir seu alcance, esse não foi contemplado. Acreditamos que, com a evolução do projeto, fortaleçam-se as relações e sejam constituídas as soluções sustentáveis-solidárias coletivas.

Relacionado ao objetivo 2: verificar nos resultados dos aprendizados formativos as relações constituídas, a troca de experiências, a articulação dos empreendimentos na geração do próprio processo de desenvolvimento. O indicador previsto para analisar o alcance do objetivo, ou seja, as soluções sustentáveis-solidárias coletivas, também não foi contemplado, algo que acreditamos vir ainda a ser constituído.

Relacionado ao objetivo 3: analisar, a partir dos resultados de operacionalização do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, evidências da articulação de uma rede dos empreendimentos solidários participantes. Conforme os indicadores de operacionalização do comitê gestor local na constituição do fundo e de distribuição de recursos com grupos até então não contemplados, ainda não foi atendido. Favorável a esta questão é a constatação de que os grupos já estão devolvendo os recursos, ainda sem uma frequência regular – há grupo com devolução acima de 96% do total previsto.

Compreendemos que as dificuldades administrativas e operacionais de execução do projeto contribuíram para o não atendimento das metas. Sabemos que a distância entre as comunidades/municípios constituiu uma limitação no processo de aproximação e integração das pessoas, da mesma forma a demanda da logística financeira para a concretização dos encontros/treinamentos é dificuldade a vencer. A busca de soluções sustentáveis-solidárias exigirá um trabalho de aproximação entre os grupos, de identificação das soluções endógenas, do fortalecimento das capacidades locais na busca do próprio desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o Projeto *Desperta Litoral* teve parte de seus objetivos atendida, mesmo contando com as adversidades que limitaram o grau de alcance desses– houve resultados de expressiva significação em todos os grupos. Destacamos aqueles relacionados ao aumento de produção, considerando a facilitação pelas aquisições dos equipamentos recebidos, porém ocorridas em até 10 meses após o início do projeto. Constatamos o aumento da capacidade arrecadadora financeira ocorrida com 70% dos grupos numa variação expressiva entre 50% e 25%. Assim mesmo, os 30% dos demais grupos mantiveram a mesma arrecadação, o que denota que, mesmo diante das dificuldades, conseguiram manter o mesmo patamar arrecadado no diagnóstico do marco zero. O aumento da diversidade de produção em 30% dos grupos foi algo positivo e que resultou também das aquisições, com base nos depoimentos dos entrevistados. Portanto, consideramos os resultados apontados significativamente importantes, levando-se em conta as condições de vida e estruturais dessas comunidades, o retardamento das aquisições de equipamentos vivenciados por alguns grupos, como também as intercorrências administrativas que dificultaram o curso normal do projeto.

Observamos que os problemas e limitações identificados nos grupos produtivos e conseqüentemente em suas comunidades, mesmo em espaços distintos, decorrem de questões muito similares. Esta é uma das razões da necessidade de um trabalho integrado entre os grupos, para que, juntos, em rede, busquem vencer os desafios e construam iniciativas integradas de relações socioeconômicas e sociopolíticas que os fortaleçam enquanto rede.

Então se, por um lado, não houve entre os grupos produtivos capital social suficientemente integrador no fomento de um projeto coletivo que fizesse frente a seus problemas e promovesse o desenvolvimento local sustentável-solidário nos territórios, por outro, não podemos negar o potencial produtivo de cada grupo motivado pelo recurso adquirido via equipamentos e insumos, resultando em melhoria da arrecadação, sem dúvida, influenciando nos aspectos econômicos, sociais e ambientais em suas comunidades. Cabe à ação política do governo e à sociedade civil atentar para essa emergência no sentido de convergir ações complementares que fortaleçam e promovam o desenvolvimento local por meio de iniciativas que democratizem o sistema financeiro e fortaleçam a economia solidária. Como diz Kraychete (2011, p. 16), “[...] não são os empreendimentos econômicos solidários que

promovem o desenvolvimento local, mas o crescimento da economia solidária pressupõe uma ambiência e um processo de desenvolvimento que promova este tipo de economia”. Para o autor, “a emergência destas condições requer ações convergentes e complementares de múltiplas instituições, a exemplo das organizações não governamentais, sindicatos, igrejas, instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais, etc.” (p. 17).

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de Serviços e Programas Sociais**. Tradução de Jaime A. Clasen e Lúcia Mathilde E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, 199 p.
- ARAÚJO, Edgilson Tavares. Critérios de avaliação para projetos sociais. In: BOULOSA, Rosana de Freitas; ARAÚJO, Edgilson Tavares (Org.). **Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais**. Curitiba, PR: IESDE Brasil S.A, 2009, p. 111-131
- BOULLOSA, Rosana Freitas. Avaliação de políticas e programas sociais no Brasil. In: BOULOSA, Rosana de Freitas; ARAÚJO, Edgilson Tavares (Org.). **Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais**. Curitiba, PR: IESDE Brasil S.A., 2009, p. 29-38.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Avaliação Participativa – Uma escolha Metodológica. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em debate**. 6ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009, p. 87-94.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, 318 p.
- DRAIBE, Sônia. Apresentação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em debate**, 6ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009, p. 7-8.
- FERREIRA, Rosilda Arruda; TENÓRIO, Robinson Moreira. Avaliação Educacional e Indicadores de Qualidade: um enfoque epistemológico e metodológico. TENÓRIO, Robinson Moreira; LOPES, Uaçai de Magalhães (Org.). In: **Avaliação e Gestão: Teorias e Práticas**. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 143-181.
- FÓRUM SUSTENTÁVEL DA COSTA DOS COQUEITOS. **Projeto Desperta Litoral**: projeto de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, Camaçari, 2011, 39 p.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A Problemática da Economia Solidária: Uma Perspectiva Internacional. **Soc. estado**. vol.16, nº 1-2 Brasília, jun./dez. 2001
- _____. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Salvador. **Bahia Análise & Dados**. SEI, v.12, nº.1, p. 9-19, jun. 2002.

_____. A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local. **O&S**, v.15, nº 45, 2008.

_____. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) como expressão de finanças solidárias**: por uma outra abordagem da inclusão financeira. Fortaleza, CE: Arte Visual, 2013, 107 p.

_____; SANTANA JUNIOR, Gildásio. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local: Uma Contribuição para Redefinição da Noção de Sustentabilidade a partir da Análise de Três Casos na Bahia**. Disponível em http://dowbor.org/ar/07_genautolocal.doc, acesso em: 17 nov. 2013.

GUBA, Egon; LINCOLN, Yvonna. **Avaliação de quarta geração**. Tradução de Beth Honorato. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, 320 p.

KRAYCHETE, Gabriel. Viabilidade econômica e sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária: conceitos básicos. In: Setre – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Org.). **Economia Sustentável**. Salvador: SETRE, 2011, p. 7-18.

RAWLS, John. **Justiça como Equidade: Uma Concepção Política, Não Metafísica**. Tradução de Regis de Castro Andrade. 1985.

SEN, Amartya. **A Ideia de Justiça**. Tradução de Denise Bottman e Ricardo Donninelli Mendes. Prêmio Nobel. Companhia das Letras.

SINGER, Paul. Falta de crédito desafia a economia solidária. São Paulo, **RBA publicado**, 29 abr. 2013. Entrevista a Júlia Rabahie. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/04/paul-singer-desafios-da-economia-solidaria-sao-permanentes>. Acesso em: 27dez.2013.

TENÓRIO, Robinson Moreira; FERREIRA, Rosilda Arruda; LOPES, Uaçai Magalhães. A avaliação só se completa com a melhoria do processo avaliado. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; FERREIRA, Rosilda Arruda; LOPES, Uaçai Magalhães (Orgs.). **Avaliação e Resiliência: diagnosticar, negociar e melhorar**. Salvador: EDUFBA, 2012.

VIEIRA, Marcos; TENÓRIO, Robinson. Lacunas Conceituais na Doutrina das Quatro Gerações: elementos para uma teoria da avaliação. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; LOPES, Uaçai Magalhães (Orgs.). **Avaliação e Gestão: teorias e práticas**. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 53-73.

WORTHEN, Blaine R; SANDERS, James R; FITZPATRICK, Jody L. Avaliações Centradas em Objetivos. In: _____. **Avaliação de Programas: concepções e práticas**. São Paulo: Gente, 2004, p. 129-144.